

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

5

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas
5**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-052-0

DOI 10.22533/at.ed.520191701

1. Ciências humanas. 2. Identidade de gênero. 3. Serviço social.
I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 372.8

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 5, apresenta 33 capítulos sobre os aspectos diversos das Ciências Humanas. Os temas têm como peculiaridade exibir no contexto atual as situações vinculadas a gestão de saúde, a questão de gênero, mulheres e vulnerabilidades, o papel do Serviço Social na sociedade e a política social na contemporaneidade.

Com o enfoque de contribuir no bem estar do coletivo e a integração desses no âmbito da sociedade são as principais preocupações expostas nos capítulos. A obra contribui na ampla relevância dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos e através da complexidade dos fatos reais, tem como característica dar visibilidade a importância da formulação de políticas públicas no Brasil.

A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGENDAS REALIZADAS NA ÁREA DA SAÚDE: OBJETIVOS, AÇÕES E RESULTADOS DOS GOVERNOS FHC E LULA	
<i>Oleg Abramov</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917011	
CAPÍTULO 2	16
CONSELHOS DE SAÚDE: A PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL (CES/RS)	
<i>Maria Alice Gabiatti Alessio</i>	
<i>Ronaldo Bordin</i>	
<i>Roger dos Santos Rosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917012	
CAPÍTULO 3	31
GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: A FUNDAÇÃO ESTATAL DE DIREITO PRIVADO E AS REPERCUSSÕES PARA OS TRABALHADORES	
<i>Luciene Rodrigues da Silva Garcia Augusto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917013	
CAPÍTULO 4	42
INOVAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO DO PROJETO MÃO AMIGA	
<i>Cassiane Chais</i>	
<i>Jaime João Bettega</i>	
<i>Adrieli Alves Pereira Radaelli</i>	
<i>Oberdan Teles da Silva</i>	
<i>Paula Patrícia Ganzer</i>	
<i>Pelayo Munhoz Olea</i>	
<i>Eric Charles Henri Dorion</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917014	
CAPÍTULO 5	56
POLÍTICA DE SAÚDE: TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	
<i>Neimy Batista da Silva</i>	
<i>Danúbia de Brito Rodrigues Silva</i>	
<i>Adelaine da Silva Santos de Jesus</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917015	
CAPÍTULO 6	66
PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS NA UFF CAMPOS	
<i>Alessandra de Muros Xavier</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917016	
CAPÍTULO 7	76
VOZES DE MULHERES: O “APRENDER A FALAR” A PARTIR DOS CLUBES DE TROCA E NOVAS POSICIONALIDADES	
<i>Maria Izabel Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917017	

CAPÍTULO 8 89

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E ESTUPRO DE VULNERÁVEL: UMA ANÁLISE DE DISCURSO DE REPORTAGENS DO G1

Julia Mello dos Santos

Karen Costa Krüger

DOI 10.22533/at.ed.5201917018

CAPÍTULO 9 94

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E REPERCUSSÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL: INTERFACES DA FEMINIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO

Solange dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.5201917019

CAPÍTULO 10 105

TRABALHO FEMININO? A CONFIGURAÇÃO DE GÊNERO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Diego Tabosa da Silva

Noêmia de Fátima Silva Lopes

Rafaella Vanny

DOI 10.22533/at.ed.52019170110

CAPÍTULO 11 117

APOLOGIA À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA MÚSICA

Elaine Silva Alegre

Liliane Capilé Charbel Novais

Marilza de Fátima Souza

Rozimeire Stiko Shimizu

DOI 10.22533/at.ed.52019170111

CAPÍTULO 12 129

BUNDA: RAÇA E POLÍTICA VISUAL NO BRASIL

Ana Paula Garcia Boscatti

Joana Maria Pedro

DOI 10.22533/at.ed.52019170112

CAPÍTULO 13 143

AS PRÁTICAS TERAPÊUTICAS E O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Letícia Pereira Dourado

Lilian Fernanda Silva

Dameres Gonçalves Martins

Daniele Lopes Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.52019170113

CAPÍTULO 14 154

POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: REBATIMENTOS SOBRE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Mayéwe Elyênia Alves dos Santos

Palloma Maria Gomes Jácome

DOI 10.22533/at.ed.52019170114

CAPÍTULO 15	165
SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA DA POLÍTICA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Ângela Kaline da Silva Santos</i>	
<i>Lucicleide Cândido dos Santos</i>	
<i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170115	
CAPÍTULO 16	173
PÓS-MODERNISMO E OS ENTRAVES E DESAFIOS POSTOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Bismarck Oliveira da Silva</i>	
<i>Maria Tereza de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170116	
CAPÍTULO 17	185
ADOÇÃO DE CRIANÇAS BRASILEIRAS NA EUROPA: O PERCURSO DAS FAMÍLIAS ITALIANAS	
<i>Gisele Caroline Ribeiro Anselmo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170117	
CAPÍTULO 18	200
TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE: DESAFIOS PARA A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL	
<i>Mirna Carriel Cleto</i>	
<i>Marcos Claudio Signorelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170118	
CAPÍTULO 19	214
REDEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	
<i>Nayanna Sabiá de Moura</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170119	
CAPÍTULO 20	229
REVISITANDO O PENSAMENTO DO GUNNAR MYRDAL E AMARTYA SEN SOBRE O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	
<i>Nilton Marques de Oliveira</i>	
<i>Udo Strassburg</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170120	
CAPÍTULO 21	243
CAPITALISMO MONOPOLISTA, QUESTÃO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	
<i>Mayra Hellen Vieira de Andrade</i>	
<i>Ingrid Stephany Freire da Silva</i>	
<i>Angely Dias da Cunha</i>	
<i>Nirleide Dantas Lopes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170121	

CAPÍTULO 22 256

O QUE SE FALA DAQUELES A QUEM NÃO SE DÁ OUVIDOS: IMPRENSA E MORADORES DE RUA EM CUIABÁ-MT E REGIÃO

Juliano Batista dos Santos

Juliana Abonizio

DOI 10.22533/at.ed.52019170122

CAPÍTULO 23 270

ANÁLISE DA LÓGICA DE PENSAMENTO DE THOMAS KUHN E KARL POPPER FACE A SOCIOLOGIA

Nei Alberto Salles Filho

Daniele Cristina Bahniuk Mendes

Thais Cristina dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.52019170123

CAPÍTULO 24 280

COMPARECIMENTO, ALIENAÇÃO ELEITORAL E O ÍNDICE DE FRACIONALIZAÇÃO

Franklin Soldati

DOI 10.22533/at.ed.52019170124

CAPÍTULO 25 294

CONSTRUÇÃO DA POSIÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO REFERENTE À PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM: PRIMÓRDIOS E ATUALIDADE

Ana Luci Paz Lopes

DOI 10.22533/at.ed.52019170125

CAPÍTULO 26 309

DO “MEU EU-BEIJU” À PESQUISA - AS MINAS DO CORRE: MULHERES QUE TRABALHAM NO COMÉRCIO DE DROGAS

Patricia Baptista Guerino

Marlene Tamanini

DOI 10.22533/at.ed.52019170126

CAPÍTULO 27 324

IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Maria Isabel Lopes Perez

DOI 10.22533/at.ed.52019170127

CAPÍTULO 28 335

ÍNDICES DE GERAÇÃO DE SEGURANÇA HUMANA: APLICAÇÃO COMPARADA AOS CASOS DO PERU E COLÔMBIA

Fábio Rodrigo Ferreira Nobre

DOI 10.22533/at.ed.52019170128

CAPÍTULO 29 354

REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA PARA OS “NOVOS ROSTOS” DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL

Vanito Ianium Vieira Cá

Jussara Maria Rosa Mendes

DOI 10.22533/at.ed.52019170129

CAPÍTULO 30	368
INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO, AÇÃO COLETIVA E ESCOLHA RACIONAL: QUAIS SÃO OS EFEITOS DESSA INTERAÇÃO PARA A QUALIDADE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA?	
<i>Mariana Dionísio de Andrade</i> <i>Rodrigo Ferraz de Castro Remígio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170130	
CAPÍTULO 31	385
O ESTADO DA ARTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: UMA REVISÃO DA LITERATURA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO	
<i>Geovana Azevedo da Costa</i> <i>Olívia Cristina Perez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170131	
CAPÍTULO 32	401
O PAPEL DO ESTADO CAPITALISTA E SUAS “NOVAS” CONFIGURAÇÕES FRENTE A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Ingridy Lammonikelly da Silva Lima</i> <i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i> <i>José Rangel de Paiva Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170132	
CAPÍTULO 33	409
ZERO HORA E CRISE POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL SOBRE O GOVERNO ESTADUAL EM 2015	
<i>Rodolfo Silva Marques</i> <i>Bruno da Silva Conceição</i> <i>Luciana Pazini Papi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170133	
SOBRE A ORGANIZADORA	425

CAPITALISMO MONOPOLISTA, QUESTÃO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Mayra Hellen Vieira de Andrade

Universidade Federal da Paraíba, Departamento
de Serviço Social
João Pessoa – Paraíba

Ingrid Stephany Freire da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Departamento
de Serviço Social
João Pessoa – Paraíba

Angely Dias da Cunha

Universidade Federal da Paraíba, Departamento
de Serviço Social
João Pessoa – Paraíba

Nirleide Dantas Lopes

Universidade Federal da Paraíba, Departamento
de Serviço Social
João Pessoa – Paraíba

RESUMO: O presente trabalho refere-se a um estudo voltado para o aprofundamento da discussão realizada em torno das transformações societárias ocasionada pela configuração do capitalismo monopolista e suas implicações para a formação profissional, da mesma maneira que procura compreender sua contribuição no processo de exponenciação da questão social. Em termos metodológicos, este artigo é produto de discussões e debates realizados em sala de aula acerca das transformações ocorridas no mundo do trabalho e seus desdobramentos na formação profissional, bem como de pesquisa bibliográfica em fontes primárias como parte

das atividades do Mestrado em Serviço Social. Para isso, busca mostrar que as novas configurações sociais vêm implicando no redimensionamento da formação de assistentes sociais, uma vez que tais mudanças afetam diretamente as relações sociais expressas na realidade social. Sendo assim, a organização da sociedade contemporânea é marcada por novas facetas da questão social, o que exige diariamente dos profissionais do Serviço Social um movimento intenso de amadurecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo junto as bases legais que materializam o seu Projeto Ético-Político. Deste modo, os resultados analisados demonstram que diante do cenário de barbárie social, intensificado pelo avanço do neoliberalismo e do processo de contrarreforma do Estado, os profissionais deparam-se com uma realidade cada vez mais complexa, contraditória e desfavorável a possibilidades civilizatórias da massa trabalhadora. Portanto, aos profissionais vêm sendo requisitada a capacidade crítica de sistematizar formas alternativas e estratégicas de intervenção, para que os princípios da autonomia e da emancipação sejam garantidos.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Formação Profissional. Capitalismo Monopolista. Questão social.

ABSTRACT: The present work refers to a

study focused on the deepening of the discursion carried out around the societal transformations caused by the configuration of monopoly capitalism and its implications for professional formation, just as it seeks to understand its contribution in the process of exponentiation of social issues. In methodological terms, this article is the product of discussions and debates in the classroom about the transformations occurring in the world of work and its unfolding in professional training, as well as bibliographic research in primary sources as part of the Master's in Social Work activities. For this, it seeks to show that the new social configurations have imply in the re-dimensioning of the formation of social workers, since such changes directly affect the social relations expressed in the social reality. Therefore, the organization of contemporary society is marked by new facets of the social question, which demands daily from the Social Service professionals an intense theoretical-methodological, ethical-political and technical-operational maturation with the legal bases that materialize their Ethical-Political Project. In this way, the results analyzed show that in the face of the scenario of social barbarism, intensified by the advance of neoliberalism and the process of counter-reform of the State, professionals face an increasingly complex, contradictory and unfavorable reality to the civilizational possibilities of the working mass . Therefore, professionals have been requested the critical capacity to systematize alternative and strategic forms of intervention, so that the principles of autonomy and emancipation are guaranteed.

KEYWORDS: Social Service. Professional qualification. Monopolistic Capitalism. Social issues.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende analisar o Serviço Social na sociedade contemporânea, enfatizando como as novas configurações sociais vêm requisitando novas respostas profissionais em tempos de capitalismo monopolista. Desse modo, tencionamos destacar que a forma de sociabilidade instaurada pelo modo de produção capitalista tende ao amoldamento das relações sociais à lógica produtivista do mercado, que por sua vez, põe entraves ao processo de emancipação humana e contribui para o acirramento das expressões da questão social.

Sendo assim, em sua primeira parte buscaremos relacionar a configuração do capitalismo monopolista e suas implicações para o Serviço Social, seguidamente abordaremos o Serviço Social, enquanto profissão relativamente consolidada, paralelamente as mudanças societárias que vem ocorrendo, a fim de estabelecermos às devidas mediações entre os traços desse processo e as novas exigências postas a formação profissional. Posteriormente, pretendemos descrever o perfil profissional bem como os desafios profissionais enfrentados na sociedade contemporânea. E por fim, tencionamos sinalizar como as expressões da questão social se manifestam em tempos de barbarização das relações sociais.

Portanto, é pertinente salientar que devido à limitada capacidade extensiva deste trabalho não apresentaremos um debate aprofundado tal qual o tema exige, mas procuraremos oferecer uma discussão central que possibilite a compreensão do leitor acerca do movimento do Serviço Social no cenário contemporâneo.

2 | A CRISE ESTRUTURAL CAPITALISTA E CONTRARREFORMA DO ESTADO: INFLEXÕES PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL.

Na atual conjuntura, vivenciamos o acirramento da luta de classes, com a superexploração da força de trabalho tendo em vista o desemprego estrutural, a redução dos direitos sociais, reformulação e a focalização das políticas sociais a partir de uma perspectiva neoliberal que diminui o Estado para classe trabalhadora e flexibiliza os direitos sociais por meio de reformas neoliberais de cunho contrarreformista (BEHRING,2007)

Diante disso, a primeira questão importante a pontuar sobre os impactos da crise do capital sobre a formação profissional das profissões, é que para se reestruturar a crise atual – Crise esta, oriunda da crise estrutural do capital iniciada na entrada dos anos setenta, que levou ao fim do modelo de Bem-estar social e que se perdura até os dias atuais. Uma crise do capital global que afeta não apenas o seu aspecto financeiro/ monetário, mas todas as suas dimensões fundamentais, colocando em questão sua viabilidade como sistema reprodutivo social (PIMENTEL, 2012) – o capital demanda um perfil profissional que responda favoravelmente a flexibilização da economia e do mundo do trabalho.

O perfil de trabalhador requerido nesse quadro de competitividade é aquele que consegue se adaptar as constantes mudanças e as situações cada vez mais precárias de trabalho, intensificando assim, o individualismo e imediatismo de sua ação profissional.

Resultando, portanto, em um trabalhador que seja polivalente e que se sinta parte da empresa. Nessa conjuntura, para Guerra (2010) o trabalhador que tem se mantido no mundo do trabalho “não é aquele que oferece resistência à precarização e perda de direitos, mas o que apesar delas ainda se mantém”.

A empregabilidade no contexto do desemprego estrutural, contraditoriamente, é tida como responsabilidade dos trabalhadores. Ao invés de políticas públicas de emprego, os trabalhadores que não conseguem se inserir no mercado de trabalho são responsabilizados pela sua “incompetência” ou baixa qualificação profissional. Nesse sentido, muitos aderem a cursos de curto prazo, tecnicistas e sem qualidade como tentativa de se “qualificarem” para o mercado, o qual a cada dia torna-se mais competitivo e exigente.

Nesse lastro, podemos afirmar que os anos que sucederam a Constituição Cidadã de 1988 foram marcados desde seus primeiros passos pela afirmação

ideológica de que o Estado brasileiro não tinha fundo público para financiar as políticas sociais, que a prioridade seria o pagamento da dívida externa, sendo inviável cumprir com os direcionamentos da constituição. Logo, o Estado em sua postura neoliberal transfere suas responsabilidades das políticas sociais para o setor privado, e a educação, em especial superior, nos anos que marcam os governos do Fernando Henrique Cardoso até o de Dilma Rousseff passa por um processo de expansão, mercantilização e precarização na educação pública. Processo esse acompanhado por uma fragmentação do tripé ensino-pesquisa-extensão, com ênfase apenas no ensino e com uma proposta de perfil profissional destinado ao mercado de trabalho.

Assim, essa “mercadorização” da educação fortalece um desmonte do maquinário estatal em função da elevação do poderio capitalista. O que significando além da recessão dos direitos sociais a ampliação do assistencialismo, competitividade; individualismo, refilantropização, desemprego estrutural e fragmentação.

Essa cena retira a educação da concepção de direito social e a coloca como mercadoria, pois:

A proposta do governo para a educação, bem como para outras áreas que compõe o sistema de proteção social no país, põe em questão a noção do direito social porque o projeto do governo para a educação superior e o conjunto de contra-reformas como a sindical, trabalhistas, sanitárias e a previdenciária, têm um só eixo: diluir a fronteira entre o público e o privado. (PINTO, 2007, p.18)

De acordo com Guerra (2010, p. 13) isso ocorre porque

O novo padrão de produção, resultante do enfrentamento do capitalismo à sua crise profunda, impõe novas configurações na relação público/privado, de modo que o formato da educação superior no Brasil prescinde da análise dessa relação, na qual os novos que marcam e educação são expressão do movimento do capital rumo à recuperação de sua taxa de lucro.

Tal conjuntura impôs para o serviço social rebatimentos tanto na prática quanto na formação profissional, mediante processo de aceleração e baixa qualidade de ensino proposta pela faculdade privadas que estão em consonância com as metas governamentais. O processo de precarização e baixo investimento nas universidades públicas e o discurso de expansão do ensino via ensino privado proporcionam uma formação profissional voltada para um perfil profissional técnico, pragmático e imediatista.

Esses fatores precisam ser entendidos dentro de um processo macrossocial demarcado por uma crise estrutural que em seu processo de reestruturação impõe metamorfoses no mundo do trabalho exigindo um “novo” perfil profissional, que tenha como característica a polivalência e que respondam as demandas de forma imediata e tecnicista.

Essa tecnificação, mercantilização e desprofissionalização tem uma relação dialética com as propostas dos organismos internacionais para a educação, no sentido

de contribuir com o processo de extração de mais-valia e acumulação do capital, além disso, manter a “incapacidade” do (a) trabalhador(a) em se reconhecer como produtor da mercadoria. Assim, para Marx no “capitalismo tudo vira mercadoria e meio de extração de mais-valia, até mesmo o próprio homem”, nessa lógica Netto (2011) aponta que o capitalismo em sua fase monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxista. Ou seja:

O capitalismo monopolista conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estados. A solução monopolista é a maximização dos lucros pelo controle dos mercados. Assim, para efetivar-se, demanda mecanismos de intervenção extra-econômicos. Daí a refuncionalização e o redimensionamento da instância por excelência do poder extra-econômico, o Estado. (NETTO, 2011, p. 24)

Dessa forma, é consensual que nas últimas décadas o modo de produção capitalista tem vivenciado o acirramento de suas contradições internas, marcada por uma crise estrutural, na qual o sistema mundial encontra-se imerso desde os anos de 1970 e seus reflexos acompanham a conjuntura da entrada dos anos de 1990 até os dias atuais, com determinantes que se processam na esfera da produção/reprodução no plano econômico, político e ideológico.

Nesse lapso temporal, em consonância com os organismos internacionais, a exemplo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), aprofundou-se no plano político e econômico do Estado o ideário neoliberal como resposta a suposta “crise fiscal”, reforçando-se a defesa do “estado mínimo”, que na prática constituiu-se em “mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital”.

Dessa maneira, esse ideário que tem seus pilares fundamentais centrados nos ajustes econômicos e, para as políticas sociais, o trinômio privatização-focalização-descentralização, materializou-se na supremacia do mercado, na cultura anti-Estado e, sobretudo, na desqualificação da política e da democracia, resultando no que Behring e Boschetti (2011) denominaram de contrarreforma do Estado.

Denomina-se contrarreforma pelo seu caráter regressivo do ponto de vista da classe trabalhadora. Bering (2007) utiliza esse termo para tratar do processo de “desestruturação do Estado e perda de direitos” Há, pois, o uso indevido do termo reforma pelos adeptos da corrente neoliberal. A palavra reforma é apropriada as ações de contestação à hegemonia do capital, na intenção de ampliar o espaço democrático, na garantia de direitos e redução das desigualdades e no caso brasileiro aconteceu o contrário houve a regressão e enxugamento de tais direitos.

Contrarreforma esta que teve como marco no Brasil o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, formulado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), especificamente pelo então Ministro Bresser Pereira –

1995. (BEHRING, 2007)

Nesses termos, o Estado passou a adotar uma perspectiva de racionalização do gasto público, deixando de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social para se tornar seu promotor e regulador, transferindo para a esfera privada as atividades que antes eram suas. Evidencia-se, assim, a desregulamentação e redução dos direitos sociais e trabalhistas, o desmonte notadamente da Seguridade Social no país.

Na educação, especificamente, no ensino público superior as expansões e mercantilização dos programas estudantis é fruto desse processo de contrarreforma do Estado que encabeça uma contrarreforma universitária na política de educação, sendo estes expressos no REUNI, PROUNI, FIES e nos EAD's.

Essa conjuntura tem seus rebatimentos na relação teóricos-práticos para formação em serviço social, pois o sucateamento da educação pública presencial tem inflexionado na qualidade do ensino e na saúde docente e discente. O processo de precarização do trabalho docente, a superlotações das salas de aulas acompanhada da falta de investimento e uma lógica mercadológica imposta pela produtividade levam a um processo de adoecimento docente e discente que tem suas inflexões para formação profissional.

Esse contexto é ainda mais agravado no final dos anos 90 até a contemporaneidade, onde o capital em sua forma mais primitiva do processo de barbarização passa a investir fortemente em terrenos férteis que proporcione um “adestramento” mental nos (as) trabalhadoras (es). A educação nessa lógica passar a ser usada como mecanismo de extração de mais-valia pela via do setor privado e responsável por esse “controle” no nível da consciência exigindo uma formação profissional e uma atuação profissional que não tem a capacidade de analisar criticamente a realidade.

Diante disso, é possível analisar através de dados que aconteceu um processo de expansão e investimento no setor educacional privado, vejamos como exemplo os cursos de Serviço Social:

Na área do Serviço Social, dos 217 cursos de graduação presencial existentes no país, em 2006, 80% ou 173 deles pertenciam ao setor privado e 20% ou 44 daquele total, ao setor público. Em 1994, existiam 72 cursos, dos quais 34% ou 25 destes eram públicos e 47 ou 66% eram particulares. Comparados os dois censos realizados pelo MEC/INEP nos períodos indicados, o aumento dos cursos pagos na área a 268%. (ABREU; LOPES, 2007 apud KOIKE, 2009, p. 6)

Esses dados nos leva a reflexão que vem acontecendo uma expansão dos cursos de Serviço Social no ensino privado em comparado com o ensino público. Esse tipo de formação proposta pelo capitalismo em sua fase monopolista marca uma expansão em detrimento da fragmentação do tripé universitário, forjando assim um perfil profissional adequado à lógica da banalização e precarização do ensino, rompendo com os princípios básicos de qualidade, rigurosidade, publicidade e gratuidade priorizadas no Serviço Social.

Nesse contexto, as instituições privadas em um contexto de expansão também vêm acompanhadas por diversas problemáticas que impactam na formação profissional como: fragmentação do ensino, contratos temporários dos professores levando a um processo de exploração ainda mais intenso, a rotatividade que não permite uma educação continuada, a instabilidade dos docentes que permite a flexibilização nas relações de trabalho e uma não autonomia no conteúdo ministrado.

Nas instituições públicas, a precarização se acentua em variados graus e intensidades, podendo ser visualizada pela nova configuração da educação universitária, que busca eliminar o regime único de trabalho, concursado e de dedicação exclusiva; simplificar os processos de compras, prestação de contas e gestão financeira; adaptar os currículos de graduação e pós-graduação às demandas das empresas locais e por fim, separar a docência da pesquisa, deixando a segunda a cargo de centros autônomos. (CHAUÍ, 1999, apud GUERRA, 2010)

Além disso, vale ressaltar, que esse processo de mercantilização e expansão do ensino têm aumentos consideráveis nos cursos a distância, e principalmente, em cursos voltados para “as humanidades”, por tem um baixo custo e uma demanda expressiva do mercado consumidor- que é a população. Portanto, o EAD se constitui como um espaço que o mercado financeiro vem investindo fortemente e representa, além disso, outra expressão da precarização da educação e da formação profissional. Estes cursos promovem o aligeiramento da formação, contém material sucateado, de má qualidade e de conteúdo meramente instrumental.

Nesse sentido, analisar o processo de formação profissional dos assistentes sociais em sua orgânica relação com as Diretrizes Curriculares constitui-se num fator importante para problematização da qualificação teórico-metodológica. Por tal motivo, a secção seguinte analisará a formação profissional e seus aspectos determinantes em uma conjuntura de capitalismo monopolista.

3 | FORMAÇÃO PROFISSIONAL: ASPECTOS DEMANDANTES

O Serviço Social na década de 1990 se mostra como uma profissão relativamente consolidada e isso se deve ao fato da mesma alcançar um nível de maturidade intelectual e política expressiva. Neste momento faremos apenas um breve apontamento quanto ao âmbito da formação, que já dispunha de uma literatura própria ascendendo-o como área do conhecimento, através da expansão das pós-graduações; e quanto a organização política da categoria, que contava com a articulação junto as instâncias políticas organizativas da profissão (a exemplo do conjunto CFESS/CRESS – Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social, respectivamente). No entanto, com o avanço do ideário neoliberal e do processo de contrarreforma do Estado o Serviço Social na contemporaneidade depara-se com novas configurações sociais que vêm requisitando novas respostas profissionais. (NETTO, 1996)

O crescimento exacerbado do desemprego e da precarização das condições de sobrevivência intensificam as formas de desigualdades sociais, posto que a expansão do sistema capitalista vem acontecendo de forma acentuada, acirrando cada vez mais as contradições entre a classe que detém os meios de produção, e a classe que vive da venda da sua força de trabalho. Desse modo, o redimensionamento da divisão internacional do trabalho – em favor da rentabilidade do grande capital – é marcado pelas alterações no chamado “mundo do trabalho”, alterações estas caracterizadas principalmente pela intensificação das formas de exploração; pelo empobrecimento e a proletarização da classe média, outrora melhor situados socialmente; pela terceirização e precarização dos serviços, pelos altos índices de desemprego e pelo agravamento da pobreza. (NETTO, 2012)

É nesse contexto de precarização das condições de vida da classe trabalhadora que as novas condições de trabalho do assistente social se expressam, implicando também, em um redimensionamento da profissão pautado na reflexão tanto da ação prática quanto da formação profissional, uma vez que respostas concretas vêm sendo requisitadas diante dos processos sociais em curso.

O Serviço Social apresenta como matéria-prima as múltiplas expressões da questão social. Dessa maneira, as mudanças societárias – provocadas pela crise contemporânea do capital e que redesenham os processos de produção e reprodução social – acirram os desafios postos aos assistentes sociais e refletem em exigências cada vez maiores para a formação profissional.

Destarte, para lamamoto (2015, p. 252),

Formar profissionais qualificados, com relevante gabarito político, ético, metodológico e interventivo, significa apontar-lhes caminhos e ensinar-lhes a aprender, pela convivência permanente com a teoria, a história, a pesquisa e o cotidiano das práticas [...].

Assim, uma formação profissional embasada nos elementos citados acima deve proporcionar ao profissional uma capacidade material concreta para o desenvolvimento de ações práticas efetivas, tendo em vista que a realidade social é dinâmica, complexa e desse modo, não pode ser analisada de maneira isolada das determinações socioeconômicas e culturais que a cerca.

Por isso, é de suma importância a apreensão do cenário em que a profissão se encontra inserida, posto que na atualidade, a ação profissional requer para além da compreensão do papel do Serviço Social no movimento contraditório da sociedade capitalista, ela exige habilidades que caminhem para o desenvolvimento crítico de ações comprometidas com o referencial teórico e ético que direciona a profissão.

A contemporaneidade exige cada vez mais profissionais qualificados, dotados de conhecimentos especializados e atualizados, flexibilidade intelectual no encaminhamento de diferentes situações e capacidade de análise para decodificar a realidade social. (OLIVEIRA, 2003, p. 43).

Dessa forma, a formação profissional deve acompanhar o movimento conjuntural e estrutural da realidade social, a fim de possibilitar uma capacitação profissional condizente a esse movimento e a dinâmica do “mundo do trabalho”, mas que sustente o apontamento de sua direção social e estratégica. Sendo assim, a formação profissional deve expressar um processo dialético que busque fortalecer o papel do Serviço Social na sociedade de classes de forma continuada.

Posto isto, afirmamos que no cenário atual, o perfil profissional apresenta uma dualidade: de um lado, técnicos especializados, profissional imediatista, aquele que o mercado requer para responder às suas demandas; e do outro, intelectuais, perfil norteado pelas Diretrizes Curriculares, profissional generalista capaz de ler a realidade social e intervir sobre ela. As duas faces do perfil profissional disputam espaço e isso deve-se ao avanço do ensino privado, principalmente do EaD, que vem aligeirando e desqualificando o processo de formação profissional com base na lógica da rentabilidade financeira. (NETTO, 1996)

Portanto, ao falarmos de formação profissional nos remetemos ao processo que visa garantir condições objetivas ao profissional, para que o mesmo possua habilidade de orientar a elaboração e a ação do seu exercício profissional, baseando-se na leitura e interpretação da realidade, sem desconsiderar a processualidade histórica e suas complexidades. Em suma, a formação profissional vinculada a dinâmica da vida social necessita possibilitar a capacidade crítica dos sujeitos, no intuito de comprometer-se com os interesses das demandas populares e assim, garantir os valores estabelecidos pelas bases legais da profissão. (IAMAMOTO, 2015)

Cabe aqui destacarmos que, diante de tensões e restrições a materialização do projeto profissional, muitos são os desafios enfrentados pelos assistentes sociais, dentre os quais destaca-se no âmbito da formação: a heterogeneidade de concepções adotadas pelos docentes; a mercantilização da educação; a flexibilização do currículo mínimo; o enfraquecimento da dimensão política e conseqüentemente da legitimidade profissional, entre outros. Sendo assim, o trabalho de fiscalização e orientação desenvolvido pelo CFESS/CRESS bem como o de resistência a superação do currículo mínimo pela ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) é indispensável, posto que o novo projeto educacional de formação norteado pelas Diretrizes Curriculares, passou a visualizar a questão social como eixo central da intervenção.

Ciente do que foi exposto, observamos que o grande desafio dos assistentes sociais na atualidade é decifrar a realidade social e com base nas demandas apreendidas, desenvolver estratégias de ação de maneira inovadora, visto que no âmbito da formação profissional é crescente o número de instituições vinculadas a lógica da educação superior mercantilizada, que através da flexibilização da formação, inserem uma maior quantidade de sujeitos nesses espaços no intuito de formá-los com base nas exigências do mercado de trabalho. Segundo Araújo (2010, p. 39), com as alterações do mercado de trabalho, o processo de formação vem se adequando a

reestruturação do capital e refletindo no “aligeiramento da formação, tendo em vista o alcance de metas e produtividade [...]”, uma vez que o caráter emancipador do exercício profissional é subordinado ao caráter meramente burocrático.

Até aqui foi possível identificarmos que as consequências das transformações societárias vêm demandando novas respostas aos profissionais de Serviço Social, que por sua vez, na atualidade, deparam-se com grandes desafios tanto no âmbito da prática profissional, quanto no âmbito da formação. Em vista disso, por ser a questão social a matéria-prima do Serviço Social, a seguir, buscaremos traçar uma análise acerca da mesma, a fim de apresentarmos como suas novas expressões vem se configurando diante da ofensiva do capital. Ademais, procuraremos mostrar que a dinâmica capitalista vem sinalizando um exaurimento das possibilidades civilizatórias de caráter progressista da classe trabalhadora.

4 | EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL EM TEMPOS DE BARBÁRIE SOCIAL

Ao tratarem da questão social na atualidade, alguns autores contemporâneos, a exemplo de Rosanvallon (1998), travam uma discussão sobre a existência de uma “nova questão social”. Contudo, ousaremos em discordar de tal afirmação ao negar a existência de uma “nova questão social” e afirmar que o que de fato existe, são novas manifestações e novos sujeitos envolvidos, tendo em vista que a questão social no cenário atual não se manifesta de forma inovadora, pois a sua essência é mantida mesmo em meio a novas manifestações, essência esta a qual nos referimos à persistência da desigualdade, fruto da má distribuição da riqueza socialmente produzida, mas que é apropriada de forma privada.

De acordo com Netto (2010, p. 23), embora tenham acontecido transformações societárias e no modo de produção capitalista,

1ª. nenhuma dessas [...] modificou a essência exploradora da relação capital/trabalho; pelo contrário, tal essência, conclusivamente planetarizada e universalizada, exponencia-se a cada dia;

2ª. a ordem do capital esgotou completamente as suas potencialidades progressistas, constituindo-se, contemporaneamente, em vetor de travagem e reversão de todas as conquistas civilizatórias.

A partir disso, compreendemos que o exaurimento das possibilidades civilizatórias de caráter progressista está imbricado a dinâmica da ordem do capital, uma vez que ao passo que o sistema capitalista avança, a totalidade das instâncias que compõe a vida social é afetada, desencadeando em complicações para a articulação da massa dos trabalhadores. Posto isto, entendemos que a decadência ideológica atingida expressa elementos barbarizantes, do processo de financeirização aos crimes ambientais, o que nos preocupa em relação as próximas cenas da história, diante da posição defensiva

da classe trabalhadora e da ofensiva neoliberal.

Diante do processo da ofensiva neoliberal, o Estado é refuncionalizado em favor do grande capital e minimiza os espaços de lutas democráticas que venham ameaçá-lo, utilizando-se de mecanismos repressivos. Assim, o redimensionamento da intervenção do Estado pautado na redução da base social e ampliação da base econômica, expressa a pressão exercida pela ordem do capital a fim de manter sua hegemonia seja na esfera social, econômica ou política, e dessa forma, alcançar a totalidade social. São esses elementos supracitados que corroboram para o acirramento das expressões da questão social, principalmente em tempos de crises, uma vez que o Estado redefine sua base social priorizando os interesses do capital.

Destarte, é notório que em todos os níveis da vida social, o capitalismo chegou a uma fase que não possui mais condições de oferecer respostas positivas não só para os trabalhadores que sobrevivem da venda de sua força de trabalho, mas para a humanidade como um todo. De acordo com Netto (2010, p. 26),

[...] é largo o leque de fenômenos contemporâneos que indicam o exaurimento das possibilidades civilizatórias da ordem tardia do capital – ou, para dizê-lo de outro modo, para atestar que esta ordem só tem a oferecer, contemporaneamente, soluções barbarizantes para a vida social. Poder-se-iam arrolar vários desses fenômenos, da financeirização especulativa e parasitária do tardo-capitalismo e sua economia do desperdício e da obsolescência programada, passando pelas tentativas de centralização monopolista da biodiversidade e pelos crimes ambientais e alcançando a esfera da cultura – aqui, jamais a decadência ideológica atingiu tal grau de profundidade e a manipulação das consciências pela mídia atingiu tal magnitude [...].

Desse modo, a instauração de um novo período de decadência ideológica a cada vitória do capital põe a classe trabalhadora em uma posição de defensiva preocupante, visto que o avanço do conservadorismo revolucionário – sustentado pela disseminação de ideologias de caráter agressivo, excludente e não democrático – vem ganhando espaço na sociedade. Além disso, os discursos utilizados por seus defensores tendem não só a naturalizar a questão social, tornando-a um atributo individual, mas também a negar todas e quaisquer possibilidades de mudanças, seguindo uma visão higienista do mundo. (NETTO, 2012)

Por fim, é importante salientar que o capitalismo contemporâneo e a faceta da barbárie na qual nos encontramos, não representam o fim da história. A humanidade pode superá-los, e para isso, existe uma única alternativa: a superação da forma de sociabilidade instaurada pelo modo de produção capitalista. A superação da contradição fundamental desse sistema – produção coletiva e apropriação privada – é uma opção possível dentro dessa perspectiva da realidade social, levando-se em consideração que as transformações do mundo do trabalho tendem cada vez mais para a negação desse sistema, por parte da classe trabalhadora, exigindo uma forte organização da última. Embora a conjuntura não ofereça condições favoráveis a esse processo, a emancipação política é tida por Netto (2012), como uma das possibilidades de se

alcançar a emancipação humana.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, podemos concluir que as novas configurações sociais, fruto das transformações do chamado “mundo do trabalho”, demandam dos profissionais do Serviço Social novas respostas de intervenção frente as novas expressões da questão social. Em vista disso, ao processo de formação são requisitadas exigências específicas que possibilitem aos assistentes sociais mecanismos práticos e coesos a materialização do seu exercício profissional.

Desse modo, essas exigências apontam para a necessidade de se formar profissionais críticos, competentes, conscientes e criativos para que estes possuam condições objetivas de se posicionarem frente à sociedade capitalista, sociedade esta marcada pela polarização das classes fundamentais: burguesia e classe trabalhadora. Daí a importância do movimento constante de reafirmação de sua direção social estratégica, uma vez que a dimensão política da prática profissional dos assistentes sociais expressa sua posição nas relações de classe. (ABEPSS, 2014)

Assim sendo, é primordial o contínuo aprofundamento teórico-metodológico dos profissionais, bem como sua articulação junto aos movimentos sociais e a outras entidades profissionais, como forma de buscar construir estratégias coletivas de sustentação e reafirmação do seu projeto profissional, que por sua vez, encontra-se vinculado ao projeto da classe trabalhadora, com o intuito de alcançar uma forma de sociabilidade mais justa e igualitária, sem dominação e/ou exploração de uma classe sobre a outra.

Por fim, compreendemos que estamos vivendo tempos difíceis diante de uma conjuntura desfavorável às lutas sociais e à emancipação humana, mas acreditamos na organização política da categoria profissional e em suas formas de resistência, que como nos mostra a trajetória do Serviço Social, foi o grande diferencial no que se refere ao alcance de conquistas significativas. Por isso, consideramos possível um salto qualitativo no que tange o processo de formação profissional ao almejarmos um fortalecimento maior de ações coerentes com os princípios ético-políticos do projeto profissional.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Projeto ABEPSS Itinerante. Estágio Supervisionado em Serviço Social**: desfazendo nós e construindo alternativas. Mimeo, 2014.

ARAÚJO, Ana Quércia Pereira de. **Formação profissional em serviço social**: embates no estágio entre o projeto ético-político e as demandas do mercado de trabalho. 2010. 161 f. Dissertação (Mestrado), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. **Exame de proficiência: uma estratégia inócua**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, ano 29, n. 94, p. 5-21, 2007.

DAHMER, Larissa. **Mercantilização do Ensino Superior, Educação à Distância e Serviço Social**. Temporalis : ABEPSS, Brasília, ano 8, n. 15, p.35-52, jan./jun., 2008.

GUERRA, Yolanda. **A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e à distância**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 104., 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

KOIKE, Maria Marieta. **Formação Profissional em Serviço Social: exigências atuais. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Conselho Federal de Serviço Social- CFESS/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS, v.1. Brasília, 2009.

LEWGOY, Alzira Maria Batista; MACIEL, Ana Lúcia Suàrez. **Reflexões acerca do Ensino à Distância na Formação em Serviço Social**. Temporalis : ABEPSS, Brasília, ano 8, n. 15, p. 67-87, jan./jun., 2008.

NETTO, José Paulo. **A Construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

_____. **Crise do capital e consequências societárias**. Serviço Social e Sociedade. nº 111. São Paulo, jul./set. 2012.

_____. **Uma face contemporânea da barbárie**. In: III ENCONTRO INTERNACIONAL CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE. 3: O agravamento da crise estrutural do capitalismo: o socialismo como alternativa à barbárie. Portugal. Anais... Portugal, 2010. p. 1-39. Disponível em:<<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657>> Acesso em: 29 abr 2017.

_____. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1996. nº 50, ano XVII, p. 87-132.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. **A centralidade do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social**. 178f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2003.

PIMENTEL, Edilene. **Uma “NOVA QUESTÃO SOCIAL”? Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje**. Instituto Lukács, 2ed. São Paulo, 2012.

PINTO, M. B. A. **A contra-reforma do ensino superior e a desprofissionalização da graduação em Serviço Social**. In; Revista Agora: Políticas Públicas e Serviço Social, Ano 3, nº6, abril de 2007. Disponível em <<http://www.assistentesocial.com.br>> Acesso em: 18 ago 2018.

ROSANVALLON, Pierre. **A nova questão social: repensando o Estado Providência**. Trad. de Sérgio Bath. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-052-0

